

Divergências sobre novo crédito

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Diante da incerteza da situação internacional e do baixo nível de reservas brasileiras o governo não pode dar-se ao luxo de dispensar a solicitação, aos bancos credores, de fornecimento de dinheiro novo para 1985, como parte do processo de renegociação da dívida externa que agora se reiniciará.

A advertência é do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, do Centro de Estudos Monetários e Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, ao opinar sobre as perspectivas para o Brasil no novo round de negociações com os credores sobre a dívida externa de cerca de US\$ 100 bilhões.

"Antes mesmo de renegociação começar, o Brasil já concedeu o ponto principal, porque constatou haver, da parte dos bancos comerciais estrangeiros, resistência em fornecer novos recursos ao Brasil em 1985", assinala Paulo Nogueira Batista. Os bancos credores — acrescentou — estão com a sensação de que deram "dinheiro demais" ao Brasil na rodada anterior. Ele acha que o novo governo deverá receber o País em março de 1985 com uma situação de balanço de pagamentos "muito apertada", o que dificultará a administração desse item da política econômico-financeira.

Segundo Paulo Nogueira Batista, o Brasil deverá fechar o ano de 1985 com um total de US\$ 3 bilhões de reservas líquidas, compreendidas estas como os ativos externos em poder do Banco Central e do Banco do Brasil (ouro, dólar e moedas conversíveis), descontados o passivo de curto prazo do BC e do BB junto a credores externos e mais as obrigações junto ao FMI.

Como deverá ocorrer um déficit global do balanço de pagamentos de US\$ 2 bilhões em 1985, o Brasil terminaria o próximo ano com reservas líquidas de apenas US\$ 1 bilhão, porque não haverá ingresso de US\$ 2 bilhões em novos empréstimos fornecidos pelos bancos credores. Segundo Paulo Nogueira Batista, o País pode correr o risco de terminar 1985 até mesmo com reservas a zero, na medida em que ocorra algum choque externo inesperado ou flutuação negativa de variável fora do controle do governo brasileiro. E lembra, ainda, que se US\$ 3 bilhões de reservas líquidas representam apenas 3% da dívida externa total, seria muito pior para a vulnerabilidade do País essas reservas caírem para somente US\$ 1 bilhão ou então deixarem de existir.

O economista da FGV não atribui grande importância à dilatação do prazo de pagamento das amortizações do principal da dívida externa vencíveis de 1985 a 1989, porque a

multianualização desse pagamento projeta para o futuro o que se está fazendo.

Para Nogueira Batista, a dispensa de novos empréstimos externos para 1985 poderá também agravar o déficit de conta corrente previsto para o próximo ano porque se prevê que a retomada do desenvolvimento exigirá o aumento das importações, reduzindo-se, portanto, o superávit da balança comercial, que deve ficar em cerca de US\$ 10 bilhões.

MÉXICO DÁ EXEMPLO

Para o vice-presidente do Unibanco, Marcílio Marques Moreira, o Brasil está aproveitando o caminho aberto pelo México. As condições da renegociação, segundo Marcílio Moreira, darão ao próximo governo "tranquilidade mínima" para administrar a dívida externa do País. Embora crie uma situação de fato, a renegociação com os bancos credores poderá apresentar pontos capazes de serem adaptados pelo sucessor do presidente Figueiredo, admite o vice-presidente do Unibanco.

Marcílio Moreira também é de opinião que o governo está certo ao dispensar a solicitação do dinheiro novo para 1985, para equilibrar suas contas externas. Segundo suas estimativas, o Brasil deverá apresentar em 1985 déficit em conta corrente no montante de US\$ 3,2 bilhões, que poderá perfeitamente ser coberto sem necessidade de novo aporte de "empréstimo-jumbo".

A cobertura daquele déficit, segundo o vice-presidente do Unibanco, será feita da seguinte forma: US\$ 800 milhões em investimentos diretos; US\$ 1,6 bilhão proveniente de parte do empréstimo do FMI; US\$ 1,6 bilhão já contratado, de recursos de organismos internacionais; US\$ 300 milhões do aumento de linhas de crédito comerciais e cerca de US\$ 400 milhões de organismos oficiais bilaterais, como o Eximbank. Assim, o Brasil conseguiria para 1985 recursos da ordem de US\$ 4,7 bilhões, dinheiro mais barato do que seria pedido aos bancos credores, e que ainda proporcionará sobre de US\$ 1,5 bilhão, a ser utilizada para melhorar a posição das reservas brasileiras.

O vice-presidente do Unibanco considera boas, em princípio, as condições já definidas pelas autoridades brasileiras para a renegociação com os bancos credores, a começar pelo reescalonamento em 14 anos de todas as amortizações da dívida vencíveis entre 1985 e 1989, envolvendo cerca de US\$ 55 bilhões, cujo pagamento deveria ser efetuado nesse período.

CONTRADIÇÃO

Carlos Alberto Cosenza, economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, considera que qual-

quer esquema de renegociação da dívida externa em bases diferentes daquelas até agora suportadas pelo Brasil tem de ser obrigatoriamente subordinado a um programa de desenvolvimento de longo prazo. "Não devemos nos preocupar com o pagamento da dívida antes de formular esse programa", afirma o economista. "Pagar a dívida só será viável se pudermos crescer."

O economista assinala que o País terá de evitar a todo custo que o problema da dívida condicione o desenvolvimento econômico e acumular maior poder de barganha junto aos credores internacionais. Segundo ele, nem mesmo o superávit comercial de US\$ 12 bilhões previsto para este ano é capaz de proporcionar as condições necessárias à reformulação dos termos de negociação dos débitos brasileiros no Exterior.

E acentua: "Há uma contradição entre a política de acumular superávits comerciais e a orientação monetarista de combate à inflação, que tende a queimar esses superávits". Para ele, as recentes medidas do Conselho Monetário Nacional no sentido de liberar importações são um exemplo dessa contradição. A liberação das importações, segundo Cosenza, objetiva, entre outras finalidades, reter nas mãos do governo parcela dos cruzeiros que normalmente estariam circulando e pressionando a inflação, ou seja, utiliza o câmbio das reservas de dólares queimadas com importações para reduzir as pressões inflacionárias criadas pela existência dessas reservas. A liberação das importações, acrescenta Cosenza, tem ainda outro desdobramento negativo do ponto de vista do desenvolvimento interno, que é o enfraquecimento das indústrias que até agora vinham substituindo os produtos e insumos cujas importações estavam barradas, principalmente no setor de bens de capital.

PRAZO CURTO

Para o economista José Alfredo Lamy, do Banco Boavista, e especialista na área de comércio exterior, é muito curto o prazo para que o atual governo tente obter uma reformulação das bases de renegociação da dívida externa para os próximos anos. "O País necessita de um plano de longo prazo e a administração atual pode, no máximo, ganhar algumas coisinhas, fazendo pequenos ajustes nos esquemas de negociação." Na sua opinião, a adoção de um esquema plurianual para amortização do principal da dívida não é o problema mais importante e já não preocupa os banqueiros internacionais. "O ponto está no pagamento dos juros e nas medidas necessárias para evitar surpresas futuras no mercado internacional", afirma o economista.